

Por uma história filosófica do Comportamentalismo

For a philosophical history of Behaviorism

Carlos Eduardo Lopes¹, Carolina Laurenti¹

[1] Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá (UEM)/Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina (UEL) | **Título abreviado:** História do Comportamentalismo | **Endereço para correspondência:** Universidade Estadual de Maringá – Campus Sede. Departamento de Psicologia – Bloco 118. Avenida Colombo, 5790 – Jardim Universitário. CEP: 87020-900. Maringá-Paraná | **Email:** celopes@uem.br | **doi:** org/10.18761.JADA0330012

Resumo: Examinamos neste artigo a arrojada tese defendida por Abib no ensaio “O que é Comportamentalismo?”, qual seja, a de que a história do Comportamentalismo começa com Skinner, e não com Watson. Para explicitar seus argumentos, apresentamos, inicialmente, a forma de trabalho intertextual de Abib, pautada em uma interpelação filosófica e cultural do texto psicológico. Com base nesse método, Abib delinea uma história filosófica do Comportamentalismo, descortinando os compromissos epistemológicos e metafísicos das teorias do comportamento de J. B. Watson, E. C. Tolman e B. F. Skinner. O resultado dessa investigação conceitual mostra que apenas a teoria de Skinner é capaz de realizar o sentido originário da proposta de psicologia comportamentalista, que é explicar os fenômenos psicológicos no comportamento. Destacamos algumas vantagens da história filosófica de Abib sobre outras versões da história do Comportamentalismo, e concluímos que sua análise arqueológica fornece ferramentas heurísticas profícuas para nos ajudar no debate sobre propostas comportamentais contemporâneas.

Palavras-chave: Comportamentalismo, história, filosofia, comportamento, Skinner.

Abstract: In his essay “What is Behaviorism?” Abib argues that the history of Behaviorism begins with Skinner, not with Watson. This article aims to examine that bold thesis. We start presenting Abib’s intertextual method of analysis based on philosophical and cultural scrutiny of the psychological text. Based on that method, Abib reveals the epistemological and metaphysical commitments of behavior theories by J. B. Watson, E. C. Tolman, and B. F. Skinner. From this philosophical perspective, Abib shows that only Skinner’s theory can realize the original meaning of behaviorist psychology, i.e. explaining psychological phenomena in behavior considered in its own right. We highlighted some advantages of Abib’s philosophical history over other versions of the history of Behaviorism. We finish arguing that Abib’s archaeological analysis provides useful heuristic tools to help us debate contemporary behavioral proposals.

Keywords: Behaviorism, history, philosophy, behavior, Skinner.

Financiamento:

Trabalho financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), por meio de projeto aprovado no Edital Universal 2021 (Processo: 423361/2021-0).

Em 2013, diversas publicações celebraram o centenário do Comportamentalismo (e.g., Ardila, 2013; Lattal & Rutherford, 2013; Madden, 2013). A comemoração referia-se especificamente aos cem anos da publicação de *Psychology as the behaviorist views it*, de J. B. Watson (1913). O “manifesto” watsoniano exigia uma ruptura com a psicologia da época, interessada no estudo introspectivo da consciência, e projetava uma psicologia objetiva e, por isso, verdadeiramente científica (Watson, 1913). Depois desse início ousado, a história do Comportamentalismo teria passado por alguns autores, cujo comportamentalismo tem sido genericamente classificado como *metodológico*, até, finalmente, alcançar sua maturidade com a proposta de B. F. Skinner.

Essa é a história oficial do Comportamentalismo. Ela é oficial porque sua adesão é massiva, aparecendo na maioria dos manuais de história da psicologia (e.g., Hothersall, 2004/2006; Schultz & Schultz, 2004/2008). Além disso, tanto críticos quanto comportamentalistas tendem a aceitá-la – a única diferença é que os críticos a utilizam como prólogo para o que vem depois, a exemplo do Cognitivismo, que teria superado o Comportamentalismo (e.g., Leahey, 1997/1998). À primeira vista, não há, portanto, controvérsia sobre essa história, o que justifica sua ostensiva repetição e transmissão na própria formação de analistas do comportamento.

É possível destacar, ao menos, duas características desse modo de contar a história do Comportamentalismo (Lopes & Laurenti, 2014). Em primeiro lugar, é uma história *linear*, o que quer dizer que não há qualquer ruptura, mas uma continuidade entre seu início e fim. Desse modo, o estudo e a compreensão da proposta de Watson preanunciaria, ainda que de modo não acabado, o que encontraríamos algumas décadas depois em Skinner. Em segundo lugar, essa história oficial é *progressista*, pois, mesmo não tendo rompido com os “alicerces” fundados por Watson, Skinner os teria aprimorado. A versão skinneriana do comportamentalismo seria, portanto, mais elaborada na medida em que inclui o operante, o qual destaca como variável relevante na explicação do comportamento as consequências, além dos estímulos antecedentes. De qualquer forma, embora mais refinado, o comportamentalismo skinneriano continuaria sendo Comportamentalismo, o que significa que ele é de-

corrência direta da proposta watsoniana¹.

Mas será que mesmo percorrendo praticamente todo o século XX, um período repleto de mudanças culturais, que incluem questões epistemológicas, o Comportamentalismo conseguiu se desenvolver de modo completamente linear e progressista? A força da história oficial do Comportamentalismo parece ser diretamente proporcional à desconsideração de questões filosóficas subjacentes. Em outras palavras, com a inserção de uma perspectiva filosófica, a história oficial do Comportamentalismo começa a se tornar menos plausível.

Um exemplo que sustenta essa tese encontra-se nas discussões de Chiesa (1994). Percorrendo um caminho epistemológico, a autora questionará a história oficial do Comportamentalismo. De acordo com ela, o comportamentalismo, inaugurado por Watson, teria como marca epistemológica o mecanicismo, entendido como a adoção de uma estrutura explicativa linear e que não admite lacunas entre causa e efeito. Mesmo com diferentes expressões e modelos de comportamento, o mecanicismo teria sido preservado por autores como E. C. Tolman e C. L. Hull. Já a proposta skinneriana marcaria uma ruptura com o mecanicismo, propondo um sistema explicativo assentado na noção machiana de relações funcionais, que admite a dinâmica da causação múltipla e opõe-se à metáfora da cadeia causal linear por meio do selecionismo. Com isso, Chiesa conclui que o sistema skinneriano não deveria ser considerado parte da história do Comportamentalismo e, portanto, Skinner não seria um comportamentalista.

Uma década depois, Abib (2004) apresentará um novo questionamento à história oficial do Comportamentalismo. Considerando questões epistemológicas e metafísicas, Abib não apenas coloca em dúvida a história oficial, mas indica uma alternativa original e bastante surpreendente: o comportamentalismo não começou com Watson, mas com Skinner. Consequentemente, Watson não deveria ser considerado um comportamentalista e

1 Vale ressaltar que incluir novos finais nessa história, com comportamentalistas “pós-skinnerianos”, por exemplo, não é propriamente uma ruptura com essa forma de ver a história, mas um sinal da manutenção da máxima progressista de que “o presente é melhor do que o passado” (Lopes, 2011).

o Comportamentalismo ainda não teria alcançado seu celebrado centenário em 2013.

O objetivo deste artigo é explorar essa tese de Abib (2004), elucidando alguns de seus argumentos e derivando implicações para o debate sobre propostas de psicologia comportamentalistas contemporâneas.

Uma nota sobre o método de Abib

Para compreendermos a crítica de Abib à história oficial do Comportamentalismo é preciso resgatar o “método” que caracteriza sua obra. A descrição desse modo de trabalho foi apresentada por ele em diferentes momentos, com graus de detalhamentos diversos (Abib, 1996, 2005, 2018)². Basicamente, trata-se de promover um confronto deliberado entre um texto psicológico e textos filosóficos. Nessa relação intertextual dialógica, aparecem questões que estavam “latentes” no texto psicológico e que, como tais, não seriam percebidas em uma leitura do texto psicológico sem um “pré-texto” filosófico.

No caso que pretendemos discutir aqui, trata-se de utilizar esse confronto intertextual para rever uma história estritamente cronológica, que descon-

2 Como ex-orientandos do professor Abib, somos, sem dúvida, “produtos” desse método, e tentamos, na medida do possível, continuar essa “tradição”, seja em nossas próprias pesquisas, seja em orientações com nosso(a)s aluno(a)s. Além disso, apresentamos uma sistematização de um procedimento de interpretação de textos para ser empregado em pesquisas conceituais, em grande parte derivado das orientações que tivemos com Abib na época da graduação e pós-graduação (ver Laurenti & Lopes, 2016). Vale ressaltar que com essa sistematização não tivemos a pretensão de retratar fielmente o procedimento que Abib empregava em orientações (ou em suas pesquisas), tampouco identificamos esse procedimento de interpretação de texto (PICT) com o método de trabalho do professor Abib (que é bem mais amplo e complexo do que um procedimento). A ideia de apresentar um procedimento foi ajudar no desenvolvimento de pesquisas conceituais, indicando como “colocar em prática” o que Abib (1996) tinha denominado de “método”. Isso nos pareceu especialmente relevante quando tivemos que ensinar nosso(a)s aluno(a)s a fazer pesquisas teóricas e constatamos que a dimensão procedimental tinha sido apenas sugerida nas publicações de Abib sobre o método. Por exemplo, em Abib (2008) é possível encontrar as noções de “análise conceitual-estrutural do texto” e “construção de arquivos conceituais”, mas sem mostrar como fazer isso.

sidera o papel da dimensão filosófica no desenvolvimento das tradições de pensamento psicológico. Com um “pré-texto” filosófico, Abib mostra-nos que a história transgride a cronologia, e uma narrativa aparentemente linear dá lugar a uma análise arqueológica que pode explicitar rupturas filosóficas profundas (Abib, 2005).

A transgressão da cronologia é ainda maior quando se caminha na direção do “contexto” do texto (Abib, 1996, 2005). O contexto refere-se às tradições de pensamento, o que liga o texto não apenas a um pré-texto filosófico específico, mas a uma cultura intelectual mais ampla. Essa cultura tem uma temporalidade que ultrapassa o tempo presente do texto, e pode influenciá-lo de modo pouco linear, imprevisível e “inconsciente”. Por exemplo, leituras, cursos, reuniões informais, viagens, mesmo sem relação direta com a psicologia, podem influenciar o texto psicológico de um autor, distanciando-o de um contexto intelectual mais imediato (Abib, 2005).

Em suma, Abib busca um sentido filosófico para a história da psicologia, e, como veremos, essa forma de trabalho pode ter resultados inusitados.

Uma nova história do Comportamentalismo

Em um curto capítulo publicado na coleção *Sobre comportamento e cognição*, Abib (2004) lança uma grande provocação aos analistas do comportamento:

Se alguém disser que o “neocomportamentalista” Edward C. Tolman (1886-1959) não é um comportamentalista, algumas reações, contundentes até, serão ouvidas. . . . E que escândalo não seria se tal afirmação houvesse sido dirigida ao “arquicomportamentalista” John B. Watson (1878-1958)! E é bem isso o que será dito aqui: Watson não é um comportamentalista. (p. 52)

Como mencionado anteriormente, essa conclusão decorre de um modo específico de olhar a história, interessado em seu sentido filosófico. No caso deste texto em particular, o embate intertextual promovido por Abib está orientado pela explicitação dos compromissos filosóficos (metafísicos e epistemo-

lógicos) de três autores, tradicionalmente considerados comportamentalistas: J. B. Watson, E. C. Tolman e B. F. Skinner.

De acordo com Abib (2004), a identificação da metafísica presente em um texto psicológico nos diria qual é o verdadeiro objeto de estudo daquela proposta de psicologia. Em se tratando de um comportamentalismo, espera-se que essa metafísica não nos leve a perder de vista o comportamento. O problema das propostas de Watson e Tolman é que mesmo começando com o comportamento, elas terminam em outra “coisa”. No caso da teoria reflexa de Watson, a adoção de uma metafísica fisiologista desloca o estudo do comportamento para a fisiologia. No caso da teoria intencional de Tolman, uma metafísica mentalista compromete o estudo do comportamento com conceitos mentais, que acabam sendo hipostasiados. Já Skinner, ao assumir uma metafísica relacionista, na qual a relação tem prioridade de existência sobre as coisas, o comportamento não se perderia no percurso explicativo.

No que diz respeito à epistemologia, o desafio para um comportamentalismo é não perder de vista a complexidade do comportamento. Watson não logrou esse intento. No âmbito de uma epistemologia reducionista, a análise watsoniana de comportamentos complexos (i.e., hábitos) pautou-se na decomposição do comportamento até alcançar reflexos cada vez mais simples. Nesse processo de fragmentação do comportamento, Watson acabou ultrapassando o limite comportamental e invadiu a fisiologia. Como concluiu Abib (2004), “ao fim e ao cabo, [os reflexos] eram explicados em termos fisiológicos. Uma teoria reducionista do comportamento no melhor figurino cartesiano: a análise por decomposição de fenômenos complexos” (p. 53).

Opondo-se explicitamente ao reducionismo watsoniano, Tolman aderiu a uma epistemologia emergentista, defendendo que o comportamento apresenta propriedades emergentes (e.g., direcionalidade, efetividade, docilidade) que, como tais, não se encontram em um nível “inferior” (i.e., fisiológico). No escopo desse emergentismo, Tolman apresenta uma teoria molar do comportamento: “uma teoria que preserva as qualidades únicas do comportamento sem reduzi-las a fenômenos fisiológicos” (Abib, 2004, p. 54). Certamente, a epistemologia emergentista livrou a teoria de Tolman

do reducionismo fisiológico. No entanto, ao tentar elucidar as propriedades emergentes do comportamento, ele recorreu a constructos mentais, que acabaram assumindo *status* explicativo. O problema está no próprio uso de constructos, que embora comecem como ficções úteis facilmente terminam como substâncias. Como explica Abib (2004), no início Tolman adota um mentalismo instrumental: “O mentalismo de Tolman poderia ser, então, caracterizado como sendo a defesa de uma mente-instrumento. Uma espécie de realidade fictícia ou abstrata com poderes heurísticos atuando a favor da criatividade científica” (p. 55). Mas ele acaba em um mentalismo real: “É fácil se encantar com essa ficção e transformá-la em existência objetiva e concreta . . . O mentalismo de Tolman poderia, enfim, ser caracterizado como defesa de uma mente-hipóstase ou mente-substância” (Abib, 2004, p. 55). Assim, para preservar a complexidade do comportamento, que tinha se perdido no reducionismo de Watson, Tolman adotou um emergentismo que acabou comprometendo-o com o mentalismo (Abib, 2004).

Partindo desse cenário, Abib (2004) retoma o sentido originário de comportamentalismo, definindo-o como uma teoria que explica o comportamento sem apelar para uma dimensão diferente da própria relação do indivíduo com o mundo. Esse resgate é acurado, pois desde as primeiras formulações do comportamentalismo está presente a preocupação de distinguir-se da fisiologia, evitando, assim, o reducionismo fisiológico. Watson (1924a), por exemplo, afirmou que “o comportamentalismo . . . é, então, uma ciência natural que toma todo o campo dos ajustamentos humanos neles mesmos” (p. 11) e que era “perfeitamente possível para um estudante do comportamento inteiramente ignorante acerca do sistema nervoso simpático, das glândulas e musculatura lisa, ou mesmo do sistema nervoso central como um todo, escrever um estudo acurado e compreensível das emoções” (Watson, 1919/1924b, p. 215). Em seu primeiro artigo comportamentalista, Tolman (1922) denunciou que Watson não cumpriu o que prometeu, e que o reducionismo do “arquicomportamentalista” já era evidente na sua definição de comportamento: “Uma explicação em termos de contrações de músculos e secreção de glândulas, como tal, não

seria de modo algum comportamentalismo, mas mera fisiologia” (p. 45). No entanto, como vimos, Tolman tampouco parece ter conseguido realizar o comportamentalismo, embora tenha empregado a noção de molaridade justamente para designar essa tentativa e afastar-se do reducionismo watsoniano (Tolman, 1932/1967)³.

O exame filosófico de Abib (2004) mostra que a coordenação entre metafísica relacional e epistemologia da complexidade da teoria consequencialista do comportamento de Skinner foi bem-sucedida em explicar fenômenos complexos sem ultrapassar o campo das relações comportamentais. Abib destaca que a noção de seleção pelas consequências é constituída por uma trama conceitual (evolução, variação, seleção, consequências) que permite estabelecer uma interlocução transdisciplinar com diferentes áreas de conhecimento sem perder de vista a complexidade do comportamento.

De acordo com o modelo de seleção pelas consequências, a Análise do Comportamento é uma proposta de psicologia científica que lida com um fenômeno histórico, o comportamento individual, cuja “evolução” é explicada por seleção de variações. Nesse caso, variações (topográficas) em respostas foram selecionadas por consequências reforçadoras em determinados contextos antecedentes, produzindo, ao longo do tempo, um repertório comportamental. A Biologia Evolutiva estuda um fenômeno histórico, a evolução dos organismos, que é explicada pela seleção de variações. Nesse caso, variações genéticas (e as estruturas anatomofisiológicas e os comportamentos associados) são selecionadas por consequências de sobrevivência da espécie, em determinadas condições de vida. A Sociologia e a Antropologia estudam um fenômeno histórico, as culturas, cuja evolução é explicada pela seleção de variações. Nesse caso, variações em práticas culturais são selecionadas, em dadas condições, por consequências de sobrevivência culturais.

3 A história das teorias do comportamento discutida por Abib (2004) não é exaustiva, mas, ainda assim, ele conclui que “se pode dirigir a todos eles [neocomportamentalistas como Hull, Spencer e tantos outros] críticas similares às que foram endereçadas, aqui, a Watson e Tolman” (p. 60).

A elucidação do processo de seleção de variações em todos os três níveis é relacional e contextual. É na relação entre organismos e contextos vitais, entre atividades de um indivíduo e contextos ontogenéticos, entre práticas e contextos culturais que organismo, comportamento e cultura evoluem, respectivamente. A dinâmica entre organismo, comportamento e cultura também é relacional. Sem organismo e cultura não haveria comportamento individual (Abib, 2004). Ora, o comportamento pressupõe um corpo sensível ao ambiente; um ambiente que também é constituído por práticas culturais, que são decisivas para a “sobrevivência” do comportamento e do organismo. Por outro lado, sem comportamento individual também não haveria organismo e cultura, pois é no âmbito do comportamento de organismos individuais, isto é, da interação entre organismo e ambiente, que se dá a seleção de variações responsáveis pela sobrevivência desses organismos. Igualmente, é pelo comportamento individual que práticas culturais são transmitidas de geração a geração, o que garante a sobrevivência dessas práticas.

Mas o que dizer da mente nessa perspectiva comportamentalista radical? No escopo do modelo de seleção por consequências, Skinner (1981, 1989) abdica do mentalismo, mas não deixa de explicar os fenômenos ditos mentais. Isso é completamente possível, pois a nomenclatura mental não está necessariamente vinculada ao esquema conceitual do mentalismo (Abib, 2001). É no âmbito das relações entre as atividades de um organismo sensível (produto da seleção natural) com um mundo social verbal (produto da evolução cultural) que Skinner vai explicar o surgimento de fenômenos psicológicos (ou repertórios comportamentais) complexos (cognitivos, volitivos e afetivos). É no comportamento, portanto, que Skinner (1989) explica “a mente”: “a mente é o que o corpo faz. E o que a pessoa faz. Em outras palavras, é o comportamento” (p. 94).

E o que dizer do cérebro? Skinner (1990) responde: “O cérebro é parte do corpo, e o que ele faz é parte do que o corpo faz. O que o cérebro faz é parte do que deve ser explicado” (p. 1206). Nessa proposta transdisciplinar, Skinner (1990) não exclui a fisiologia ou as neurociências, mas a relação estabelecida por ele é esta: “a fisiologia estuda o

produto do qual as ciências da variação e seleção estudam a produção. . . . A fisiologia nos diz *como* o corpo funciona; as ciências da variação e da seleção nos dizem *por que* esse corpo funciona desse modo” (p. 1208).

Na defesa da autonomia epistêmica do campo comportamental, Skinner (1990) argumenta que a “mente” e o cérebro não devem ser tratados como explicação do comportamento, mas como parte daquilo que precisa ser explicado pelo recurso à seleção pelas consequências. Essa defesa não pode ser confundida, no entanto, com isolamento. Abib (2004) destaca que a transdisciplinaridade do modelo de seleção pelas consequências tem um “caráter sistêmico: o que acontece em uma parte depende do que acontece na totalidade. A transdisciplinaridade é a totalidade que imprime suas qualidades às partes: a etologia, a análise do comportamento, a antropologia e a fisiologia” (p. 57).

É com base nessa orientação transdisciplinar e sistêmica do modelo de seleção pelas consequências que Abib (2004) justifica as afinidades da teoria consequencialista de Skinner com a epistemologia da complexidade. Articulada com uma metafísica relacional, essa epistemologia possibilita elucidar a complexidade do comportamento sem que, nesse processo, haja uma extrapolação em direção ao mentalismo ou à fisiologia. Em outras palavras, é na conjunção entre uma metafísica relacional e uma epistemologia da complexidade que a teoria consequencialista do comportamento realizou o sentido originário do comportamentalismo. Ao descrever seu comportamentalismo como “radical”, Skinner (1989) explicou o significado do adendo dizendo ser “uma filosofia da ciência do comportamento tomado por si mesmo, independentemente de explicações internas, mentais ou *fisiológicas*” (p. 122). Para Abib (2004), se apenas o Comportamentalismo Radical foi capaz de explicar o comportamento sem transgredir o “campo comportamental”, então, Comportamentalismo só é Comportamentalismo Radical.

Com qual história do Comportamentalismo deveríamos ficar?

Considerando as diferentes versões da história do Comportamentalismo indicadas até aqui, é razoável perguntar qual delas deveríamos escolher. Esse questionamento dá relevo a outra dimensão do método de trabalho do professor Abib (1996, 2005), a saber, sua vertente hermenêutica. O primeiro passo é a tese de que a história da psicologia tem como objeto de estudo o texto psicológico (em um sentido lato, que também engloba documentos, monumentos, instituições) (Abib, 2005). Nessa perspectiva, a história é vista como interpretação, e não como revelação ou descoberta de fatos históricos. Por isso, a pergunta pela escolha entre diferentes histórias não pode ser tomada como sinônimo de “qual dessas histórias é a verdadeira?”, uma vez que essa sinonímia ignora que a interpretação é sempre invadida por significados que o intérprete introduz no texto (Abib, 1996).

Isso não significa, no entanto, relativismo. Ao criticar o dogmatismo, que adota a Verdade como critério para decidir por diferentes interpretações, a concepção relativista acaba por identificar a história com a construção de uma narrativa estritamente pessoal sobre fatos passados. Com isso, a escolha por uma história passa a ser vista como arbitrária e, conseqüentemente, a própria discussão sobre as diferentes histórias do comportamentalismo torna-se fútil: se a escolha é pessoal, uma história é tão válida quanto qualquer outra.

O encaminhamento de Abib para esse embate consiste em recusar os extremos do dogmatismo e do relativismo: abdicar da busca pela história verdadeira não implica abandonar o debate e prescindir de critérios para avaliar diferentes versões da história. Embora a diversidade de histórias do Comportamentalismo seja legítima, isso não significa conviver com todas elas sem poder criticá-las. Partindo desse *Éthos*, gostaríamos de indicar algumas características da história do comportamentalismo proposta por Abib, que podem servir de critério para a escolhermos em detrimento de outras.

Em primeiro lugar, a história apresentada por Abib (2004) dá visibilidade a diferenças cruciais

entre as propostas tradicionalmente consideradas comportamentais. Ao atenuar (ou simplesmente ignorar) essas diferenças, a história oficial abre o flanco para confusões conceituais. Sugerindo que as diferenças entre os “comportamentalistas” não são decisivas o suficiente, a história oficial justifica o agrupamento de diferentes teorias do comportamento em um mesmo sistema psicológico (o Comportamentalismo). Se a noção de “sistema” está pautada no compartilhamento de questões paradigmáticas como modelo de explicação, objeto de estudo e método, Abib mostra que filosoficamente não há continuidade entre as teorias do comportamento de Watson, Tolman e Skinner. Os compromissos epistemológicos e metafísicos desses autores são diferentes; e se trata de uma diferença significativa que se expressa em concepções distintas a respeito daquelas questões cruciais que justificam a própria definição do Comportamentalismo como uma tradição de pensamento psicológico. Ao explicitar essas diferenças, a história apresentada por Abib pode, portanto, contribuir para frear a propagação de equívocos conceituais tão comuns na apresentação de orientações teóricas em psicologia, como a sobreposição das propostas psicológicas de Watson e Skinner (Jensen & Burgess, 1997; Rodrigues, 2006).

Em segundo lugar, a história filosófica do Comportamentalismo proposta por Abib (2004) também dá relevo à própria função do estudo da história. A noção progressista da história oficial motiva um questionamento óbvio sobre a importância dos estudos históricos: como o presente é necessariamente melhor do que o passado, por que deveríamos estudar a história? Afinal, já sabemos, de antemão, que o que encontraremos em Watson, por exemplo, será mais primitivo, simplista, ingênuo do que encontraremos em Skinner. Isso talvez explique porque Watson é tão citado e, ao mesmo tempo, pouco compreendido (Strapasson, 2012; Strapasson & Carrara, 2008). Parece que a história, quando lembrada, tem apenas a função de celebrar ou comemorar o presente: olhando para trás nos sentimos orgulhosos de como avançamos, o que, muitas vezes, pode ajudar a blindar a área de críticas (Carone, 2012).

Na história de Abib (2004), o tempo não é cronológico, mas filosófico. Dessa ótica, Skinner pode ser atual, não porque é cronologicamente mais recente que Watson, mas porque sua teoria do comportamento realiza o desígnio comportamentalista de explicar o comportamento por ele mesmo. Além disso, se o Comportamentalismo Radical se define pela manutenção do sentido próprio do comportamento, caso Skinner tenha, em algum momento, transgredido o campo do comportamento, ele deixará de ser comportamentalista. Desse modo, é possível fazer uma investigação histórica na própria obra skinneriana, perguntando-se pela gênese e manutenção do Comportamentalismo Radical.

Em terceiro lugar, a história filosófica do Comportamentalismo defendida por Abib (2004) tem vantagens em relação à história filosófica de Chiesa (1994). Chiesa restringiu sua análise ao exame de questões epistemológicas, mais especificamente, aos modelos explicativos e de causalidade aplicados ao estudo do comportamento. No caso de Abib, a noção de filosofia abarcou, além da epistemologia, questões metafísicas. Foi justamente no âmbito metafísico que Abib encontrou as potencialidades de o Comportamentalismo Radical realizar o sentido originário do Comportamentalismo. Como vimos, é com a adoção de uma metafísica relacional que o comportamento tem seu lugar ontológico garantido, sem ceder espaço para a fisiologia ou para a mente. Sem essa entrada metafísica, a história de Chiesa não se blindava da acusação de arbitrariedade na definição de Comportamentalismo: ainda que Skinner não possa ser denominado comportamentalista, por que os demais autores deveriam ser comportamentalistas? Se todo comportamentalismo é mecanicista, todo mecanicismo psicológico é comportamentalismo? Afinal, o que é Comportamentalismo? A história apresentada por Abib tem uma resposta clara a essa pergunta: “é comportamentalismo radical. Não se está dizendo que comportamentalismo radical é uma versão do comportamentalismo (essa é a tese tradicional), mas, isto sim, que comportamentalismo é somente comportamentalismo radical” (p. 60).

Comportamentalismo (Radical): Um jovem moribundo?

A história filosófica de Abib (2004) mostrou que a teoria consequencialista, complexa e relacional de Skinner é “a única teoria que define o comportamentalismo” (p. 59). Por outro lado, sugeriu que, longe de instruírem propostas psicológicas comportamentalistas, a teoria do comportamento de Watson está mais alinhada com “o projeto materialista vigente na neurociência atual” (p. 59), e a teoria de Tolman está mais próxima do “projeto mentalista em voga não só na psicologia cognitiva contemporânea . . . , mas também na psicologia cognitivo-comportamental” (p. 59).

A análise de Abib (2004) fornece ferramentas heurísticas importantes, como o exame de compromissos epistemológicos e metafísicos, para entender porque a teoria de Skinner foi a única capaz de realizar o sentido originário da proposta de uma psicologia comportamentalista. Mais do que isso, Abib deixou uma pista preciosa para conduzir uma investigação arqueológica a respeito de teorias pretensamente comportamentalistas: “a definição filosófica de comportamento diz se o comportamento está sendo estudado como um assunto em seu próprio direito. Mais especificamente, a teoria metafísica do comportamento diz qual é efetivamente o objeto que está sendo estudado” (p. 58). Abib complementa a descrição dessa estratégia arqueológica dizendo: “Quando se sonda a realidade metafísica que atravessa uma teoria do comportamento, descobre-se que teorias do comportamento . . . são auto-referentes: elas oferecem uma explicação do comportamento e, à medida que a explicação evolui, explicam a si mesmas” (p. 58).

Foi assim que Abib (2004) demonstrou que o comportamento não bastava para as propostas psicológicas de Watson e Tolman. No caso de Watson, “uma teoria fisicalista do comportamento explica o comportamento; porém, à medida que explica, o que se explica é o que explica: a realidade física” (p. 58). No caso de Tolman, “uma teoria mentalista do comportamento explica o comportamento; porém, à medida que explica, o que se explica é o que explica: a realidade mental (ou a ficção mental)” (pp. 58-59). Foi assim que Abib também evidenciou o

caráter comportamentalista da teoria de Skinner: “uma teoria relacionista do comportamento explica o comportamento; porém, à medida que explica, o que se explica é o que explica: a realidade comportamental” (p. 59).

Se a história do Comportamentalismo começa com a teoria de Skinner, o centenário dessa tradição de pensamento ainda está por vir. Resta saber se o Comportamentalismo estará vivo até lá. Embora algumas propostas atuais critiquem Skinner e até mesmo se declarem pós-skinnerianas (e.g., Baum, 2021; Hayes et. al., 2001; Staddon, 2021), o ponto central não é se são ou não skinnerianas, mas se são ou não comportamentalistas; isto é, se, em última instância, o que está explicando o comportamento é a realidade comportamental, e não a realidade mental ou cerebral.

Não podemos nos esquecer que, na perspectiva da história filosófica de Abib, o velho pode ser novo, mas o novo também pode ser velho.

Referências

- Abib, J. A. D. (1996). Epistemologia, transdisciplinaridade e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 12(3), 219-229.
- Abib, J. A. D. (2001). Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. In H. J. Guilhardi et al. (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição* (v. 7, pp. 20-35). Esetec.
- Abib, J. A. D. (2004). O que é comportamentalismo? In M. Z. Brandão et al. (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição* (v. 13, pp. 51-60). Esetec.
- Abib, J. A. D. (2005). Prólogo à história da psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(1), 53-60. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000100008>
- Abib, J. A. D. (2018). Prólogo – Comportamentalismo antropofágico. In C. E., C. Laurenti, & J. A. D. Abib (Orgs.), *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical* (2a ed. rev. ampl., pp. 17-18). CRV.
- Ardila, R. (2013). J. B. Watson, a psicologia experimental e o condutismo 100 anos depois. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(1), 312-319. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100019

- Baum, W. M. (2021). Introduction to molar behaviorism and multiscale behavior analysis. In D. Zilio & K. Carrara (Orgs.), *Contemporary behaviorisms in debate* (pp. 43-62). Springer.
- Carone, I. (2012). Por uma epistemologia historicamente orientada da psicologia. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 217-231). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Chiesa, M. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy and the science*. Authors Cooperative, Inc., Publishers.
- Hayes, S. C., Barnes-Homes, D., & Roche, B. (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Hothersall, D. (2006). *História da psicologia* (4a ed., E. Pepe & E. Fittipaldi, Trads.). McGraw-Hill. (Trabalho original publicado em 2004)
- Jensen, R. & Burgess, H. (1997). Mythmaking: How introductory psychology texts present B. F. Skinner's analysis of cognition. *The Psychological Record*, 47, 221-232. <https://doi.org/10.1007/BF03395221>
- Lattal, K. A., & Rutherford, A. (2013). John B. Watson's behaviorist manifesto at 100. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 39(2), 1-9. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59335808001>
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Orgs.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). Hogrefe.
- Leahey, T. H. (1998). *Historia de la psicología: Principales corrientes en el pensamiento psicológico* (4a ed.) (L. G. Casa, G. Ruiz, & N. Sánchez, Trads.). Prentice Hall Iberia. (Trabalho original publicado em 1997)
- Lopes, C. E. (2011). Editorial. *Psicologia em Estudo*, 16(3), 345-346. <https://www.scielo.br/j/pe/a/c6mB9D7fzxgqSTCthGLcv9N/?lang=pt>
- Lopes, C. E., & Laurenti, C. (2014). Comportamentalismo. In S. F. Araujo, F. Caropreso, G. A. Castanon, & R. T. Simanke (Orgs.), *Fundamentos filosóficos da psicologia contemporânea* (pp. 87-130). Editora da UFJF.
- Madden, G. J. (2013). Editorial: An anniversary and an inaugural issue. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 99(1), 125-128. <https://doi.org/10.1002/jeab.9>
- Rodrigues, M. E. (2006). Behaviorismo: Mitos, discordâncias, conceitos e preconceitos. *Educere et Educare*, 1(2), 141-164. <https://doi.org/10.17648/educare.v1i2.262>
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2008). A history of modern psychology (9a ed.). Thomson Wadsworth. (Trabalho original publicado em 2004)
- Staddon, J. (2021). Theoretical behaviorism. In D. Zilio & K. Carrara (Orgs.), *Contemporary behaviorisms in debate* (pp. 79-105). Springer.
- Strapasson, B. A. (2012). A caracterização de John B. Watson como behaviorista metodológico na literatura brasileira: Possíveis fontes de controle. *Estudos de Psicologia*, 17(1), 83-90. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000100010>
- Strapasson, B. A., & Carrara, K. (2008). John B. Watson: Behaviorista metodológico? *Interação em Psicologia*, 12(1), 1-10. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v12i1.9120>
- Tolman, E. C. (1922). A new formula for Behaviorism. *Psychological Review*, 29(1), 44-53. <https://doi.org/10.1037/h0070289>
- Tolman, E. C. (1967). *Purposive behavior in animals and men*. Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1932)
- Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, 20(2), 158-177. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/h0074428>
- Watson, J. B. (1924a). *Behaviorism*. W. W. Norton & Company.
- Watson, J. B. (1924b). *Psychology from the standpoint of a behaviorist* (2a ed.). J. B. Lippincott.

Histórico do Artigo

Data do Convite: 10/08/2022

Recebido em: 06/12/2022